Notícias do dia 22 de outubro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 65 proposições de deputados e do Executivo
. 3

G5 NEWS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Servidoras e empresa são condenadas a devolverem mais de R$ 30 mil por duplicação de notas fiscais
. 6

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Câmara de Goiânia e Escola Superior de Advocacia realizam 2° webinar sobre nova Lei de Licitações
. 7

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 65 proposições de deputados e do Executivo
. 8

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
65 deliberações na semana 11

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 65 proposições de deputados e do Executivo
. 14

Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 65 proposições de deputados e do Executivo

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 65 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pelo Executivo. As reuniões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga segue também restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 11 são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 7676/21 , assinado pelo governador.

A proposta gera mudanças na carreira da Polícia Penal, transformando o cargo de agente de segurança prisional do estado de **Goiás** em cargo de policial penal. A redação do projeto esclarece que, apesar da alteração de nomenclatura, serão mantidos os dispositivos legais vigentes quanto às atribuições, aos deveres, aos direitos, às vantagens e às responsabilidades aplicáveis aos agentes de segurança prisional.

Com a edição da lei, o referido cargo obedecerá à legislação aplicável aos agentes de segurança prisional e não haverá impacto financeiro, por se tratar de mera alteração da nomenclatura, sem qualquer repercussão no valor de seus subsídios, no seu regime jurídico e no seu quantitativo atual de cargos.

Outra proposta do Poder Executivo e que obteve aval do Plenário, em segunda votação, foi o projeto de lei nº 7675/21, cujo objetivo é autorizar a permuta de imóveis no município de Ceres.

A matéria estabelece a permuta entre dois imóveis particulares, com as metragens de 553M² e 617,33 m², avaliados, respectivamente, em R$ 66.918,53 e R$ 108.038,92, por um terreno de propriedade do Estado com 750 m², avaliado em R$ 181.170,00. Os valores foram estabelecidos segundo laudos da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis (Gevai), da Superintendência Central de Patrimônio e da Secretaria de Estado da Administração (Sead).

O Estado receberá os imóveis livres de qualquer ônus judicial ou extrajudicial e a diferença de R$ 6.212,55, em favor do estado, será quitada pelo particular, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare), antes da lavratura da escritura pública.

Veto

O Plenário aprovou também durante a semana, em apreciação única, um veto integral do Governo. Na votação secreta da matéria de nº 7678/21 , os deputados optaram por manter o veto ao autógrafo de nº 161, de 8 de setembro de 2021, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT).

O placar da votação registrou 20 votos pela manutenção do veto e seis pela rejeição. A iniciativa vetada é resultado da matéria de nº 5287/21 , que denominava Câmpus Professor Nelson de Abreu Júnior o câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), localizado em Anápolis.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) considerou que a denominação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** violaria a autonomia administrativa reconhecida às universidades pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Títulos de Cidadania Goiana

No decorrer das reuniões deliberativas da semana, o Plenário do Legislativo goiano aprovou, ainda, em definitivo, duas matérias que visam conceder Títulos de Cidadania Goiana. Foi aprovado o projeto de lei nº 7921/21 , de autoria do deputado Humberto Aidar (MDB) e outros, que concede Título de Cidadania Goiana a Leonardo Euler de Moraes.

O homenageado é servidor de carreira da Anatel. Formado em Ciências Econômicas com mestrado em Economia e doutorando pela Universidade de Brasília,

é filho de Euler de Moraes, ex-deputado federal goiano. Leonardo nasceu em 1982 em Lancaster, na Inglaterra, e morou em **Goiânia** entre 1991 e 1999, onde estudou e jogou nas categorias de base do **Goiás** Esporte Clube. A matéria agora vai à sanção da Governadoria.

Foi aprovada, também em segunda votação, a propositura de nº 5464/21 , de autoria do presidente Lissauer Vieira (PSB), que concede Título de Cidadania Goiana ao delegado Elvis Aparecido Secco. Elvis é delegado da Polícia Federal, coordenador-geral Nacional de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas, diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado. Foi responsável por diversas operações contra o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ele teve experiência internacional por quatro meses como oficial de Ligação na fronteira entre os Estados Unidos e o México, atuando como representante da Polícia Federal no Fusion Center de El Paso, no Texas.

Ambas proposições vão, agora, à sanção do governador Ronaldo Caiado.

Declaração de utilidade pública

Durante a deliberação das Ordens do Dia da semana, os parlamentares também se dedicaram à aprovação em segunda e definitiva votação de nove matérias que visam declarar de utilidade pública instituições goianas situadas em todos os cantos do estado.

Na terça-feira, 19, o Plenário aprovou o projeto de lei nº 7785/21 , de autoria do deputado Bruno Peixoto (MDB), que declara de utilidade pública a Associação Adote Animais Jataí, com sede no município de Jataí.

Já na quarta feira, 20, foram aprovadas quatro propostas. A primeira delas foi a de nº 5458/21 , da deputada Lêda Borges (PSDB), que declara de utilidade pública a Associação Casa de Jacó - Lar do Idoso, com sede no município de Valparaíso de **Goiás**.

Em seguida foi a vez da proposta nº 4178/20 receber o aval definitivo do Plenário. De autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas), o texto declara de utilidade pública a Associação dos Rotarianos de Trindade - Movimento Assistencial Trindadense.

Os parlamentares votaram na data, ainda, o projeto nº 5485/21 e o 5882/21 . O primeiro deles declara de utilidade pública a Associação Beneficente das Assembleias de Deus (Abade), com sede no município de Nova Glória. A autoria é do deputado Rafael Gouveia (Progressistas).

A segunda matéria é de autoria do deputado Chico KGL (DEM) e trata de declarar de utilidade pública a Associação Catalana de Equoterapia Ascate, localizada no município de Catalão.

Por fim na quinta feira, 21, os deputados promoveram a votação definitiva de outros quatro projetos ligados ao tema. Desta maneira, foi aprovado o processo nº 4093/21 , de autoria do deputado Karlos Cabral (PDT), que declara de utilidade pública a União Estadual dos Estudantes de **Goiás** (UEE-GO), com sede em **Goiânia**.

Os deputados também aprovaram, o projeto de lei nº 5763/21 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que declara de utilidade pública a Associação Equoterapia Goiabeira, situada no município de Inhumas e o de nº 978/20 , assinado pelo deputado Thiago Albernaz (Solidariedade), apensado ao de nº 1331/20, que declara de utilidade pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede no município de Niquelândia.

Por fim, seguiu para sanção ainda o processo nº 2923/20 , iniciativa do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) que declara de utilidade pública a Associação Emanuel, com sede no município de Caldas Novas.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 26 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 21 de iniciativa parlamentar e cinco assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um projeto de lei complementar, um veto integral, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um comunicado do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e sete relatórios provenientes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), totalizando 37 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de outubro na terça-feira, 26. Na Ordem do Dia constam 64 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e do Poder Executivo. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado

em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 39 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as duas propostas da Governadoria que promovem alterações na Lei nº 20.491, de 25 de julho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo. O primeiro desses projetos é o de nº 7674/21 . Seu texto versa sobre a inserção do Conselho Estadual de Irrigação entre as unidades que compõem a estrutura básica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

De acordo com justificativa apresentada, a reordenação institucional da Seapa atende à necessidade de compatibilização da legislação alterada com a Lei nº 18.995, de 3 de setembro de 2015, e também para a facilitação da consulta e da manutenção do arcabouço legislativo goiano. "O ato normativo em referência, ao dispor sobre a Política Estadual de Agricultura Irrigada, instituiu o referido conselho na estrutura básica do órgão responsável pelos projetos de irrigação de interesse do estado de **Goiás** sem, contudo, mencioná-lo no diploma que rege a organização administrativa estadual", coloca o governador Ronaldo Caiado, em mensagem à **Alego**.

Já o projeto de lei nº 7750/21 altera a referida legislação com o objetivo de, especificamente, modificar a estrutura organizacional da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). A medida cria, com os respectivos cargos de provimentos em comissão, a Assessoria de Assuntos Ambientais, unidade da estrutura básica, vinculada ao gabinete do presidente da Goinfra; e, também, a Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos, unidade da estrutura complementar, vinculada à Diretoria de Manutenção.

A criação da Assessoria de Assuntos Ambientais busca regularizar e segregar as competências da Assessoria Estratégica da Presidência, que atualmente possui dois cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-4. Dessa forma, as competências serão desmembradas entre as ações ambientais e as demais atividades de assessoramento. De acordo com justificativa do Governo, isso proporcionará uma melhor gestão das unidades.

Por sua vez, a criação da Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos tem a finalidade de viabilizar a execução de obras para melhorar as condições de tráfego nas rodovias estaduais e nas cidades goianas. Essa unidade administrativa será competente para analisar, orçar, gerenciar e executar os projetos de melhorias dos pavimentos asfálticos rodoviários e dos municípios decorrentes de convênios firmados pela Goinfra.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 26, consulte a pauta prévia .

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/120946/em-tres-sessoes-ordinarias-realizadas-durante-a-semana-plenario-deliberou-65-proposicoes-de-deputados-e-do-executivo

Servidoras e empresa são condenadas a devolverem mais de R$ 30 mil por duplicação de notas fiscais

WELLYNGTON SOUZA DA REDAÇÃO

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) determinou que duas servidoras da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) e uma empresa fornecedora de medicamentos devem repor mais de R$ 30 mil aos cofres públicos, além de pagamento de multas. A decisão ocorreu durante Tomada de Contas Especial na Sessão Plenária de quinta-feira (21), sob a relatoria do **conselheiro Sebastião Tejota**.

Os fatos originam-se de apuração determinada pelo Relator à SES, após auditoria feita pela **Controladoria Geral do Estado** (**CGE**) onde foram registradas emissão de notas fiscais em duplicidade, ausência de comprovação de recebimento de medicamentos, falha no registro de liquidação de despesa no Sistema de informações Financeiras, SIOFNET, além de sobrepreço na compra de medicamentos.

>>> Clique aqui e receba notícias de **Goiás** na palma da sua mão

O Serviço de Contas do Governo, unidade técnica do **TCE**, sugeriu para o caso o julgamento das contas como irregulares, imputação de débito aos responsáveis: Maria de Lourdes Rodrigues, na época lotada na Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa, Joselina Pereira de Deus Magalhães, da Gerência de Compras e Administração de Estoque e a empresa Biogen Distribuidora de Medicamentos, bem como aplicação de multas. A instrução técnica foi acompanhada pelo Ministério Público de Contas e pelo Auditor que atuou no processo.

Em seu voto o **conselheiro Sebastião Tejota** evidenciou que o valor do débito apurado e corrigido até setembro de 2017 já ultrapassava a casa dos R$ 30 mil. As partes foram citadas no final de 2018, não havendo ocorrência de prescrição. Uma servidora e um ex-servidor apontados como responsáveis por diferenças de preços em notas fiscais foram excluídos do processo porque demonstraram o ressarcimento ao erário pelos prejuízos.

Além das condutas irregulares dos demais envolvidos o relator observou que era possível a eles "terem consciência da ilicitude do ato e que era exigível conduta diversa daquela que eles adotaram, pois deveriam ter procedido ao atesto das notas fiscais somente mediante a verificação do efetivo recebimento dos medicamentos."

Em razão de observação feita pelo **conselheiro Saulo Mesquita**, o relator, tendo em vista a condição econômica e os cargos ocupados pelas servidoras, alterou o enquadramento inicialmente feito e fixou as multas no valor de 10% do valor de referência estabelecido pelo **TCE** em 2021, R$ 8. 804,33 e à empresa o dobro disso.

As alegações de defesa foram julgadas inconsistentes e as contas como irregulares, imputando-se débito solidário à empresa Biogen, devendo o valor originário ser corrigido monetariamente por ocasião do pagamento.

Além disso, a decisão do **TCE** declarou a Biogen como inidônea para participar de licitações na Administração Pública Estadual pelo prazo de cinco anos. Cópia dos autos serão remetidas ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Eleitoral para as providências afetas ao âmbito de cada instituição.

(Com assessoria)

Site: https://www.g5news.com.br/poderes/servidoras-e-empresa-sao-condenadas-a-devolverem-mais-de-r-30-mil-por-duplicacao-de-notas-fiscais/159000

Câmara de Goiânia e Escola Superior de Advocacia realizam 2° webinar sobre nova Lei de Licitações

Da Redação

A Câmara Municipal de **Goiânia** e a Escola Superior de Advocacia (ESA) realizaram nesta quinta-feira (21/10) o segundo webinar sobre a nova Lei de Licitações.

As palestras foram proferidas pela **conselheira** do **Tribunal de Contas do Estado**, Heloísa Galdino, pela procuradora-geral de Contas do **TCE**, Maísa de Castro Sousa, pelo subprocurador-geral da Câmara, Herbet Vasconcelos Barros, e pelo procurador legislativo Lucas Velasco. O webinar tem como objetivo capacitar os servidores da Casa para a aplicação da nova legislação.

Segundo o titular da Procuradoria Jurídica da Câmara de **Goiânia**, Kowalsky Ribeiro, a parceria entre o Legislativo e a Escola Superior de Advocacia é estratégica para a qualificação dos quadros técnicos da Câmara.

Site: https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/camara-de-goiania-e-escola-superior-de-advocacia-realizam-2deg-webinar-sobre-nova-lei-de-licitacoes

Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 65 proposições de deputados e do Executivo

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 65 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pelo Executivo. As reuniões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga segue também restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 11 são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 7676/21 , assinado pelo governador.

A proposta gera mudanças na carreira da Polícia Penal, transformando o cargo de agente de segurança prisional do estado de **Goiás** em cargo de policial penal. A redação do projeto esclarece que, apesar da alteração de nomenclatura, serão mantidos os dispositivos legais vigentes quanto às atribuições, aos deveres, aos direitos, às vantagens e às responsabilidades aplicáveis aos agentes de segurança prisional.

Com a edição da lei, o referido cargo obedecerá à legislação aplicável aos agentes de segurança prisional e não haverá impacto financeiro, por se tratar de mera alteração da nomenclatura, sem qualquer repercussão no valor de seus subsídios, no seu regime jurídico e no seu quantitativo atual de cargos.

Outra proposta do Poder Executivo e que obteve aval do Plenário, em segunda votação, foi o projeto de lei nº 7675/21, cujo objetivo é autorizar a permuta de imóveis no município de Ceres.

A matéria estabelece a permuta entre dois imóveis particulares, com as metragens de 553M² e 617,33 m², avaliados, respectivamente, em R$ 66.918,53 e R$ 108.038,92, por um terreno de propriedade do Estado com 750 m², avaliado em R$ 181.170,00. Os valores foram estabelecidos segundo laudos da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis (Gevai), da Superintendência Central de Patrimônio e da Secretaria de Estado da Administração (Sead).

O Estado receberá os imóveis livres de qualquer ônus judicial ou extrajudicial e a diferença de R$ 6.212,55, em favor do estado, será quitada pelo particular, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare), antes da lavratura da escritura pública.

Veto

O Plenário aprovou também durante a semana, em apreciação única, um veto integral do Governo. Na votação secreta da matéria de nº 7678/21 , os deputados optaram por manter o veto ao autógrafo de nº 161, de 8 de setembro de 2021, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT).

O placar da votação registrou 20 votos pela manutenção do veto e seis pela rejeição. A iniciativa vetada é resultado da matéria de nº 5287/21 , que denominava Câmpus Professor Nelson de Abreu Júnior o câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), localizado em Anápolis.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) considerou que a denominação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** violaria a autonomia administrativa reconhecida às universidades pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Títulos de Cidadania Goiana

No decorrer das reuniões deliberativas da semana, o Plenário do Legislativo goiano aprovou, ainda, em definitivo, duas matérias que visam conceder Títulos de Cidadania Goiana. Foi aprovado o projeto de lei nº 7921/21 , de autoria do deputado Humberto Aidar (MDB) e outros, que concede Título de Cidadania Goiana a Leonardo Euler de Moraes.

O homenageado é servidor de carreira da Anatel. Formado em Ciências Econômicas com mestrado em Economia e doutorando pela Universidade de Brasília,

é filho de Euler de Moraes, ex-deputado federal goiano. Leonardo nasceu em 1982 em Lancaster, na Inglaterra, e morou em **Goiânia** entre 1991 e 1999, onde estudou e jogou nas categorias de base do **Goiás** Esporte Clube. A matéria agora vai à sanção da Governadoria.

Foi aprovada, também em segunda votação, a propositura de nº 5464/21 , de autoria do presidente Lissauer Vieira (PSB), que concede Título de Cidadania Goiana ao delegado Elvis Aparecido Secco. Elvis é delegado da Polícia Federal, coordenador-geral Nacional de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas, diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado. Foi responsável por diversas operações contra o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ele teve experiência internacional por quatro meses como oficial de Ligação na fronteira entre os Estados Unidos e o México, atuando como representante da Polícia Federal no Fusion Center de El Paso, no Texas.

Ambas proposições vão, agora, à sanção do governador Ronaldo Caiado.

Declaração de utilidade pública

Durante a deliberação das Ordens do Dia da semana, os parlamentares também se dedicaram à aprovação em segunda e definitiva votação de nove matérias que visam declarar de utilidade pública instituições goianas situadas em todos os cantos do estado.

Na terça-feira, 19, o Plenário aprovou o projeto de lei nº 7785/21 , de autoria do deputado Bruno Peixoto (MDB), que declara de utilidade pública a Associação Adote Animais Jataí, com sede no município de Jataí.

Já na quarta feira, 20, foram aprovadas quatro propostas. A primeira delas foi a de nº 5458/21 , da deputada Lêda Borges (PSDB), que declara de utilidade pública a Associação Casa de Jacó - Lar do Idoso, com sede no município de Valparaíso de **Goiás**.

Em seguida foi a vez da proposta nº 4178/20 receber o aval definitivo do Plenário. De autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas), o texto declara de utilidade pública a Associação dos Rotarianos de Trindade - Movimento Assistencial Trindadense.

Os parlamentares votaram na data, ainda, o projeto nº 5485/21 e o 5882/21 . O primeiro deles declara de utilidade pública a Associação Beneficente das Assembleias de Deus (Abade), com sede no município de Nova Glória. A autoria é do deputado Rafael Gouveia (Progressistas).

A segunda matéria é de autoria do deputado Chico KGL (DEM) e trata de declarar de utilidade pública a Associação Catalana de Equoterapia Ascate, localizada no município de Catalão.

Por fim na quinta feira, 21, os deputados promoveram a votação definitiva de outros quatro projetos ligados ao tema. Desta maneira, foi aprovado o processo nº 4093/21 , de autoria do deputado Karlos Cabral (PDT), que declara de utilidade pública a União Estadual dos Estudantes de **Goiás** (UEE-GO), com sede em **Goiânia**.

Os deputados também aprovaram, o projeto de lei nº 5763/21 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que declara de utilidade pública a Associação Equoterapia Goiabeira, situada no município de Inhumas e o de nº 978/20 , assinado pelo deputado Thiago Albernaz (Solidariedade), apensado ao de nº 1331/20, que declara de utilidade pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede no município de Niquelândia.

Por fim, seguiu para sanção ainda o processo nº 2923/20 , iniciativa do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) que declara de utilidade pública a Associação Emanuel, com sede no município de Caldas Novas.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 26 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 21 de iniciativa parlamentar e cinco assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um projeto de lei complementar, um veto integral, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um comunicado do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e sete relatórios provenientes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), totalizando 37 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de outubro na terça-feira, 26. Na Ordem do Dia constam 64 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e do Poder Executivo. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado

em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 39 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as duas propostas da Governadoria que promovem alterações na Lei nº 20.491, de 25 de julho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo. O primeiro desses projetos é o de nº 7674/21 . Seu texto versa sobre a inserção do Conselho Estadual de Irrigação entre as unidades que compõem a estrutura básica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

De acordo com justificativa apresentada, a reordenação institucional da Seapa atende à necessidade de compatibilização da legislação alterada com a Lei nº 18.995, de 3 de setembro de 2015, e também para a facilitação da consulta e da manutenção do arcabouço legislativo goiano. "O ato normativo em referência, ao dispor sobre a Política Estadual de Agricultura Irrigada, instituiu o referido conselho na estrutura básica do órgão responsável pelos projetos de irrigação de interesse do estado de **Goiás** sem, contudo, mencioná-lo no diploma que rege a organização administrativa estadual", coloca o governador Ronaldo Caiado, em mensagem à **Alego**.

Já o projeto de lei nº 7750/21 altera a referida legislação com o objetivo de, especificamente, modificar a estrutura organizacional da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). A medida cria, com os respectivos cargos de provimentos em comissão, a Assessoria de Assuntos Ambientais, unidade da estrutura básica, vinculada ao gabinete do presidente da Goinfra; e, também, a Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos, unidade da estrutura complementar, vinculada à Diretoria de Manutenção.

A criação da Assessoria de Assuntos Ambientais busca regularizar e segregar as competências da Assessoria Estratégica da Presidência, que atualmente possui dois cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-4. Dessa forma, as competências serão desmembradas entre as ações ambientais e as demais atividades de assessoramento. De acordo com justificativa do Governo, isso proporcionará uma melhor gestão das unidades.

Por sua vez, a criação da Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos tem a finalidade de viabilizar a execução de obras para melhorar as condições de tráfego nas rodovias estaduais e nas cidades goianas. Essa unidade administrativa será competente para analisar, orçar, gerenciar e executar os projetos de melhorias dos pavimentos asfálticos rodoviários e dos municípios decorrentes de convênios firmados pela Goinfra.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 26, consulte a pauta prévia .

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/em-tres-sessoes-ordinarias-realizadas-durante-a-semana-plenario-deliberou-65-proposicoes-de-deputados-e-do-executivo/

65 deliberações na semana

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 65 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pelo Executivo. As reuniões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga segue também restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 11 são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 7676/21 , assinado pelo governador.

A proposta gera mudanças na carreira da Polícia Penal transformando o cargo de agente de segurança prisional do estado de **Goiás** em cargo de policial penal. A redação do projeto esclarece que, apesar da alteração de nomenclatura, serão mantidos os dispositivos legais vigentes quanto às atribuições, aos deveres, aos direitos, às vantagens e às responsabilidades aplicáveis aos agentes de segurança prisional.

Com a edição da lei o referido cargo obedecerá à legislação aplicável aos agentes de segurança prisional e não haverá impacto financeiro, por se tratar de mera alteração da nomenclatura, sem qualquer repercussão no valor de seus subsídios, no seu regime jurídico e no seu quantitativo atual de cargos.

Outra proposta do Poder Executivo e que obteve aval do Plenário, em segunda votação, foi o projeto de lei nº 7675/21 cujo objetivo é autorizar a permuta de imóveis no município de Ceres.

A matéria estabelece a permuta entre dois imóveis particulares, com as metragens de 553M² e 617,33 m², avaliados, respectivamente, em R$ 66.918,53 e R$ 108.038,92, por um terreno de propriedade do Estado com 750 m², avaliado em R$ 181.170,00. Os valores foram estabelecidos segundo laudos da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis (Gevai), da Superintendência Central de Patrimônio e da Secretaria de Estado da Administração (Sead). O estado receberá os imóveis livres de qualquer ônus judicial ou extrajudicial e a diferença de R$ 6.212,55, em favor do estado, será quitada pelo particular, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare), antes da lavratura da escritura pública.

Veto

O Plenário aprovou também durante a semana, em apreciação única, um veto integral do Governo. Na votação secreta da matéria de nº 7678/21 , os deputados optaram por manter o veto ao autógrafo de nº 161, de 8 de setembro de 2021, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT).

O placar da votação registrou 20 votos pela manutenção do veto e seis pela rejeição. A iniciativa vetada é resultado da matéria de nº 5287/21 , que denominava Câmpus Professor Nelson de Abreu Júnior o câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), localizado em Anápolis.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) considerou que a denominação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** violaria a autonomia administrativa reconhecida às universidades pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Títulos de Cidadania Goiana

No decorrer das reuniões deliberativas da semana, o Plenário do Legislativo goiano aprovou, ainda, em definitivo, duas matérias que visam conceder Títulos de Cidadania Goiana. Foi aprovado o projeto de lei nº 7921/21 , de autoria do deputado Humberto Aidar (MDB) e outros, que concede Título de Cidadania Goiana a Leonardo Euler de Moraes.

O homenageado é servidor de carreira da Anatel. Formado em Ciências Econômicas com mestrado em Economia e doutorando pela Universidade de Brasília, é filho de Euler de Moraes, ex-deputado federal goiano. Leonardo nasceu em 1982 em Lancaster, na Inglaterra, e morou em **Goiânia** entre 1991 e 1999, onde estudou e jogou nas categorias de base do **Goiás** Esporte Clube. A matéria agora vai à sanção da Governadoria.

Foi aprovada, também em segunda votação, a propositura de nº 5464/21 , de autoria do presidente Lissauer Vieira (PSB), que concede Título de

Cidadania Goiana ao delegado Elvis Aparecido Secco. Elvis é delegado da Polícia Federal, coordenador-geral Nacional de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas, diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado. Foi responsável por diversas operações contra o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ele teve experiência internacional por quatro meses como oficial de Ligação na fronteira entre os Estados Unidos e o México, atuando como representante da Polícia Federal no Fusion Center de El Paso, no Texas.

Ambas proposições vão, agora, à sanção do governador Ronaldo Caiado.

Declaração de utilidade pública

Durante a deliberação das Ordens do Dia da semana, os parlamentares também se dedicaram à aprovação em segunda e definitiva votação de nove matérias que visam declarar de utilidade pública instituições goianas situadas em todos os cantos do estado.

Na terça-feira, 19, o Plenário aprovou o projeto de lei nº 7785/21 , de autoria do deputado Bruno Peixoto (MDB), que declara de utilidade pública a Associação Adote Animais Jataí, com sede no município de Jataí.

Já na quarta feira, 20, foram aprovadas quatro propostas. A primeira delas foi a de nº 5458/21 , da deputada Lêda Borges (PSDB), que declara de utilidade pública a Associação Casa de Jacó - Lar do Idoso, com sede no município de Valparaíso de **Goiás**.

Em seguida foi a vez da proposta nº 4178/20 receber o aval definitivo do Plenário. De autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas), o texto declara de utilidade pública a Associação dos Rotarianos de Trindade - Movimento Assistencial Trindadense.

Os parlamentares votaram na data, ainda, o projeto nº 5485/21 e o 5882/21 . O primeiro deles declara de utilidade pública a Associação Beneficente das Assembleias de Deus (Abade), com sede no município de Nova Glória. A autoria é do deputado Rafael Gouveia (Progressistas).

A segunda matéria é de autoria do deputado Chico KGL (DEM) e trata de declarar de utilidade pública a Associação Catalana de Equoterapia Ascate, localizada no município de Catalão.

Por fim na quinta feira, 21, os deputados promoveram a votação definitiva de outros quatro projetos ligados ao tema. Desta maneira, foi aprovado o processo nº 4093/21 , de autoria do deputado Karlos Cabral (PDT), que declara de utilidade pública a União Estadual dos Estudantes de **Goiás** (UEE-GO), com sede em **Goiânia**.

Os deputados também aprovaram, o projeto de lei nº 5763/21 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que declara de utilidade pública a Associação Equoterapia Goiabeira, situada no município de Inhumas e o de nº 978/20 , assinado pelo deputado Thiago Albernaz (Solidariedade), apensado ao de nº 1331/20, que declara de utilidade pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede no município de Niquelândia.

Por fim seguiu para sanção ainda o processo nº 2923/20 , iniciativa do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) que declara de utilidade pública a Associação Emanuel, com sede no município de Caldas Novas.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 26 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 21 de iniciativa parlamentar e cinco assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um projeto de lei complementar, um veto integral, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um comunicado do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e sete relatórios provenientes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), totalizando 37 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de outubro na terça-feira, 26. Na Ordem do Dia constam 64 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e do Poder Executivo. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 39 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO),

referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as duas propostas da Governadoria que promovem alterações na Lei nº 20.491, de 25 de julho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo. O primeiro desses projetos é o de nº 7674/21 . Seu texto versa sobre a inserção do Conselho Estadual de Irrigação entre as unidades que compõem a estrutura básica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

De acordo com justificativa apresentada, a reordenação institucional da Seapa atende à necessidade de compatibilização da legislação alterada com a Lei nº 18.995, de 3 de setembro de 2015, e também para a facilitação da consulta e da manutenção do arcabouço legislativo goiano. "O ato normativo em referência, ao dispor sobre a Política Estadual de Agricultura Irrigada, instituiu o referido conselho na estrutura básica do órgão responsável pelos projetos de irrigação de interesse do estado de **Goiás** sem, contudo, mencioná-lo no diploma que rege a organização administrativa estadual", coloca o governador Ronaldo Caiado, em mensagem à **Alego**.

Já o projeto de lei nº 7750/21 altera a referida legislação com o objetivo de, especificamente, modificar a estrutura organizacional da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). A medida cria, com os respectivos cargos de provimentos em comissão, a Assessoria de Assuntos Ambientais, unidade da estrutura básica, vinculada ao gabinete do presidente da Goinfra; e, também, a Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos, unidade da estrutura complementar, vinculada à Diretoria de Manutenção.

A criação da Assessoria de Assuntos Ambientais busca regularizar e segregar as competências da Assessoria Estratégica da Presidência, que atualmente possui dois cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-4. Dessa forma, as competências serão desmembradas entre as ações ambientais e as demais atividades de assessoramento. De acordo com justificativa do Governo, isso proporcionará uma melhor gestão das unidades.

Por sua vez, a criação da Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos tem a finalidade de viabilizar a execução de obras para melhorar as condições de tráfego nas rodovias estaduais e nas cidades goianas. Essa unidade administrativa será competente para analisar, orçar, gerenciar e executar os projetos de melhorias dos pavimentos asfálticos rodoviários e dos municípios decorrentes de convênios firmados pela Goinfra.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 26, consulte a pauta prévia .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/65-deliberacoes-na-semana/

Em três sessões ordinárias realizadas durante a semana, Plenário deliberou 65 proposições de deputados e do Executivo

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) encerrou a semana de votações com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 65 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pelo Executivo. As reuniões continuam sendo realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga segue também restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), sendo que 11 são iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 7676/21 , assinado pelo governador.

A proposta gera mudanças na carreira da Polícia Penal, transformando o cargo de agente de segurança prisional do estado de **Goiás** em cargo de policial penal. A redação do projeto esclarece que, apesar da alteração de nomenclatura, serão mantidos os dispositivos legais vigentes quanto às atribuições, aos deveres, aos direitos, às vantagens e às responsabilidades aplicáveis aos agentes de segurança prisional.

Com a edição da lei, o referido cargo obedecerá à legislação aplicável aos agentes de segurança prisional e não haverá impacto financeiro, por se tratar de mera alteração da nomenclatura, sem qualquer repercussão no valor de seus subsídios, no seu regime jurídico e no seu quantitativo atual de cargos.

Outra proposta do Poder Executivo e que obteve aval do Plenário, em segunda votação, foi o projeto de lei nº 7675/21, cujo objetivo é autorizar a permuta de imóveis no município de Ceres.

A matéria estabelece a permuta entre dois imóveis particulares, com as metragens de 553M² e 617,33 m², avaliados, respectivamente, em R$ 66.918,53 e R$ 108.038,92, por um terreno de propriedade do Estado com 750 m², avaliado em R$ 181.170,00. Os valores foram estabelecidos segundo laudos da Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis (Gevai), da Superintendência Central de Patrimônio e da Secretaria de Estado da Administração (Sead).

O Estado receberá os imóveis livres de qualquer ônus judicial ou extrajudicial e a diferença de R$ 6.212,55, em favor do estado, será quitada pelo particular, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare), antes da lavratura da escritura pública.

Veto

O Plenário aprovou também durante a semana, em apreciação única, um veto integral do Governo. Na votação secreta da matéria de nº 7678/21 , os deputados optaram por manter o veto ao autógrafo de nº 161, de 8 de setembro de 2021, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT).

O placar da votação registrou 20 votos pela manutenção do veto e seis pela rejeição. A iniciativa vetada é resultado da matéria de nº 5287/21 , que denominava Câmpus Professor Nelson de Abreu Júnior o câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), localizado em Anápolis.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) considerou que a denominação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** violaria a autonomia administrativa reconhecida às universidades pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Títulos de Cidadania Goiana

No decorrer das reuniões deliberativas da semana, o Plenário do Legislativo goiano aprovou, ainda, em definitivo, duas matérias que visam conceder Títulos de Cidadania Goiana. Foi aprovado o projeto de lei nº 7921/21 , de autoria do deputado Humberto Aidar (MDB) e outros, que concede Título de Cidadania Goiana a Leonardo Euler de Moraes.

O homenageado é servidor de carreira da Anatel.

Formado em Ciências Econômicas com mestrado em Economia e doutorando pela Universidade de Brasília, é filho de Euler de Moraes, ex-deputado federal goiano. Leonardo nasceu em 1982 em Lancaster, na Inglaterra, e morou em **Goiânia** entre 1991 e 1999, onde estudou e jogou nas categorias de base do **Goiás** Esporte Clube. A matéria agora vai à sanção da Governadoria.

Foi aprovada, também em segunda votação, a propositura de nº 5464/21 , de autoria do presidente Lissauer Vieira (PSB), que concede Título de Cidadania Goiana ao delegado Elvis Aparecido Secco. Elvis é delegado da Polícia Federal, coordenador-geral Nacional de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas, diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado. Foi responsável por diversas operações contra o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ele teve experiência internacional por quatro meses como oficial de Ligação na fronteira entre os Estados Unidos e o México, atuando como representante da Polícia Federal no Fusion Center de El Paso, no Texas.

Ambas proposições vão, agora, à sanção do governador Ronaldo Caiado.

Declaração de utilidade pública

Durante a deliberação das Ordens do Dia da semana, os parlamentares também se dedicaram à aprovação em segunda e definitiva votação de nove matérias que visam declarar de utilidade pública instituições goianas situadas em todos os cantos do estado.

Na terça-feira, 19, o Plenário aprovou o projeto de lei nº 7785/21 , de autoria do deputado Bruno Peixoto (MDB), que declara de utilidade pública a Associação Adote Animais Jataí, com sede no município de Jataí.

Já na quarta feira, 20, foram aprovadas quatro propostas. A primeira delas foi a de nº 5458/21 , da deputada Lêda Borges (PSDB), que declara de utilidade pública a Associação Casa de Jacó - Lar do Idoso, com sede no município de Valparaíso de **Goiás**.

Em seguida foi a vez da proposta nº 4178/20 receber o aval definitivo do Plenário. De autoria do deputado Coronel Adailton (Progressistas), o texto declara de utilidade pública a Associação dos Rotarianos de Trindade - Movimento Assistencial Trindadense.

Os parlamentares votaram na data, ainda, o projeto nº 5485/21 e o 5882/21 . O primeiro deles declara de utilidade pública a Associação Beneficente das Assembleias de Deus (Abade), com sede no município de Nova Glória. A autoria é do deputado Rafael Gouveia (Progressistas).

A segunda matéria é de autoria do deputado Chico KGL (DEM) e trata de declarar de utilidade pública a Associação Catalana de Equoterapia Ascate, localizada no município de Catalão.

Por fim na quinta feira, 21, os deputados promoveram a votação definitiva de outros quatro projetos ligados ao tema. Desta maneira, foi aprovado o processo nº 4093/21 , de autoria do deputado Karlos Cabral (PDT), que declara de utilidade pública a União Estadual dos Estudantes de **Goiás** (UEE-GO), com sede em **Goiânia**.

Os deputados também aprovaram, o projeto de lei nº 5763/21 , de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), que declara de utilidade pública a Associação Equoterapia Goiabeira, situada no município de Inhumas e o de nº 978/20 , assinado pelo deputado Thiago Albernaz (Solidariedade), apensado ao de nº 1331/20, que declara de utilidade pública o Abrigo São Vicente de Paulo, com sede no município de Niquelândia.

Por fim, seguiu para sanção ainda o processo nº 2923/20 , iniciativa do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) que declara de utilidade pública a Associação Emanuel, com sede no município de Caldas Novas.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 26 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 21 de iniciativa parlamentar e cinco assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, um projeto de lei complementar, um veto integral, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um comunicado do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e sete relatórios provenientes da Secretaria de Estado da Saúde (SES), totalizando 37 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da última semana de votações do mês de outubro na terça-feira, 26. Na Ordem do Dia constam 64 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e do Poder Executivo. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte participando

das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 39 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, dois projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio , oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as duas propostas da Governadoria que promovem alterações na Lei nº 20.491, de 25 de julho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo. O primeiro desses projetos é o de nº 7674/21 . Seu texto versa sobre a inserção do Conselho Estadual de Irrigação entre as unidades que compõem a estrutura básica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

De acordo com justificativa apresentada, a reordenação institucional da Seapa atende à necessidade de compatibilização da legislação alterada com a Lei nº 18.995, de 3 de setembro de 2015, e também para a facilitação da consulta e da manutenção do arcabouço legislativo goiano. "O ato normativo em referência, ao dispor sobre a Política Estadual de Agricultura Irrigada, instituiu o referido conselho na estrutura básica do órgão responsável pelos projetos de irrigação de interesse do estado de **Goiás** sem, contudo, mencioná-lo no diploma que rege a organização administrativa estadual", coloca o governador Ronaldo Caiado, em mensagem à **Alego**.

Já o projeto de lei nº 7750/21 altera a referida legislação com o objetivo de, especificamente, modificar a estrutura organizacional da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). A medida cria, com os respectivos cargos de provimentos em comissão, a Assessoria de Assuntos Ambientais, unidade da estrutura básica, vinculada ao gabinete do presidente da Goinfra; e, também, a Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos, unidade da estrutura complementar, vinculada à Diretoria de Manutenção.

A criação da Assessoria de Assuntos Ambientais busca regularizar e segregar as competências da Assessoria Estratégica da Presidência, que atualmente possui dois cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-4. Dessa forma, as competências serão desmembradas entre as ações ambientais e as demais atividades de assessoramento. De acordo com justificativa do Governo, isso proporcionará uma melhor gestão das unidades.

Por sua vez, a criação da Gerência de Melhoramentos Rodoviários e Urbanos tem a finalidade de viabilizar a execução de obras para melhorar as condições de tráfego nas rodovias estaduais e nas cidades goianas. Essa unidade administrativa será competente para analisar, orçar, gerenciar e executar os projetos de melhorias dos pavimentos asfálticos rodoviários e dos municípios decorrentes de convênios firmados pela Goinfra.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 26, consulte a pauta prévia .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/em-tres-sessoes-ordinarias-realizadas-durante-a-semana-plenario-deliberou-65-proposicoes-de-deputados-e-do-executivo/